

SEMARH**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS HÍDRICOS****ESTADO DE GOIÁS**

A emissão deste documento, assim como qualquer cadastro necessário, são GRATUITOS e podem ser realizados e/ou consultados pelo SEMARNH.

DECLARAÇÃO AMBIENTAL Nº 23/09/2014 - 1015 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÃO
PARA O USO DE QUADRA 27 LOTES 13 AO 36 PARQUE ESPLANADA V VALPARAISO DE GOIÁS

A Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARNH, do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 8.544, de 17 de outubro de 1978, regulamentada pelo Decreto 1.745/79, outorga a presente DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, nas condições especificadas abaixo:

Estado: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
ESTADO DE GOIÁS
CNPJ: 33.638.099/0001-00
Endereço: QUADRA 27 LOTES 13 AO 36 PARQUE
ESPLANADA V
Município: VALPARAISO DE GOIÁS
Estado: GO
CEP: 72.000-000

A Imagem a baixo pode ser usada para validar
este documento.



13/09/2014

Estado: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
Endereço: QUADRA-26 LOTES 13 AO 36
Município: VALPARAISO DE GOIÁS
Estado: GO
CNPJ: 72.874-154
Documento de titularidade: ESCRITURA
R. Registro: 30.954
L. 156: 475
Data: 01/05
Matrícula: 12269
Área Total (m²): 8.280,0
Lote (SAD 69): -16.0804375



Descrição da Obra	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE VALPARAISO DE GOIÁS
Profissional Responsável	CRISTIANO CARVALHO RESENDE
Conselho de Classe e Nº de Registro	9347
Nº ART ou Equivalente	1020130168480

Não é permitida a execução do projeto em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública;

Não é permitida a execução do projeto em áreas de preservação ecológica, em áreas com vegetação nativa, em áreas de preservação permanente – app, ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis;

A execução das obras não poderá causar danos ao meio ambiente e a terceiros e, caso ocorra, acidentalmente ou não, o empreendedor deve se responsabilizar tanto pela recuperação das áreas danificadas / atingidas, como por qualquer outra responsabilidade originada por sua má execução;

Recomenda-se que o início das obras seja precedido de inspeção arqueológica para verificação da existência de sítios arqueológicos no local e, comprovando-se a existência de áreas de interesse cultural e histórico sob influência do projeto, a obra deverá ser paralisada e o iphan e a semarnh deverão ser comunicados;

Cumprir todos os cuidados ambientais previstos nas normas técnicas brasileiras e implantar todas as medidas de mitigação com vistas a inibir danos ao meio ambiente e a terceiros;

Proibir acidentes com transeuntes e operários e sinalizar a realização das obras adequando o trânsito local conforme aumento da demanda proporcionada pela construção e/ou ampliação do empreendimento;

Mantiver dentro dos parâmetros legais as emissões atmosféricas e o nível de ruídos e vibrações;

Não derramar óleos e combustíveis originados das máquinas e equipamentos utilizados nas obras, com vistas a evitar a contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas; promovendo a devida manutenção mecânica nas máquinas e demais equipamentos utilizados nos trabalhos;

Dar destinação adequada aos efluentes sanitários tanto na fase de implantação como na etapa de funcionamento do empreendimento, enviando-os para a rede pública de coleta de esgotos, se houver, ou destinando-os para o sistema fossa séptica e sumidouro de acordo com nbr 7229/93 e nbr 13969/97 da abnt;

Dar destinação adequada aos resíduos da construção civil;

Fica creditada ao responsável técnico e ao empreendedor a responsabilidade técnica pelas obras e outras delas decorrentes;

Disponibilizar EPI para os operários envolvidos nas obras;

Não é permitida a execução do projeto em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações assim como em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARNH, do Estado de Goiás informa que a CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA, EM ÁREAS URBANAS, PARA USO COMERCIAL, RESIDENCIAL OU DE SERVIÇOS não é passível de licenciamento ambiental, de acordo com a Lei nº 8.544/78 e Decreto nº 1.745/79 que dispõe sobre licenciamento ambiental;

Carimbo e Assinatura

A presente Dispensa de Licença está sendo concedida com base nas informações prestadas pelo interessado e não dispensa e nem substitui, outros alvarás ou certidões exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal;

Esta liberação ambiental não dispensa a obtenção do Alvará de construção emitido pela Prefeitura local e o funcionamento do empreendimento requer autorização do corpo de bombeiros.

A SEMARH deverá ser comunicada, imediatamente, em caso de acidentes que envolvam o Meio Ambiente;

A SEMARH reserva-se o direito de revogar a presente Dispensa de Licença no caso de descumprimento de suas condicionantes ou de qualquer dispositivo que fira a Legislação Ambiental vigente, assim como, a omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiam a sua expedição, ou superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;

Esta Dispensa de Licença não produz efeitos jurídicos de cessão e/ou aquisição sobre direito de posse e direitos reais como: de propriedade (uso, gozo e disposição), de superfície, de usufruto, de servidão, de habitação, de uso, de penhor, de hipoteca, de anticrese e direito do promitente comprador de imóvel; bem como demais direito inerentes à propriedade móvel e imóvel sobre a área e bens delimitados e discriminados nesta licença, nem mesmo direito adquirido, produzindo somente efeitos jurídicos nos limites da Legislação Ambiental e de competência da SEMARH dentro de seu poder de polícia preventivo e repressivo;

Por tratar-se de obra de engenharia civil, a mesma deverá ser acompanhada por profissional habilitado, tanto na fase de elaboração de projeto e escolha do local da edificação, quanto na etapa de execução com a sua respectiva ART de execução anotada no respectivo Conselho;

A SEMARH isenta-se das obrigações com os proprietários que tiverem suas propriedades interceptadas pelo projeto, cabendo ao empreendedor as tratativas necessárias;

As responsabilidades relativas à exibição deste documento são de inteira responsabilidade do requerente.

Goiania, 23/09/2013

Jose Augusto dos Reis Cruz
Gerência de Uso do Solo

Gabriela De Val Borges
SUPERINTENDÊNCIA DE LICENÇA E MONITORAMENTO

Identificação: 2eea1ff1-0f5a-4ebe-a265-80b21869e987
Número do Documento: 2199
Código (CNPJ) para validação: 33.638.099/0001-00
Endereço para validação: <http://www.intra.semarh.goias.gov.br/sdl/>